STJ00096637

ARAKEN DE ASSIS

EXECUÇÃO CIVIL
NOS JUIZADOS ESPECIAIS

5.ª edição
revista e atualizada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

EXECUÇÃO CIVIL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

5.ª edição revista e atualizada

ARAKEN DE ASSIS

1.ª edição: 1996; *2.ª edição:* 1998; *3.ª edição:* 2002; *4.ª edição:* 2006.

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [06-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [28.05.2013]

976291

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL
EDITORA AFILIADA

704

ISBN 978-85-203-4806-2

SUMÁRIO

NOTA À 5.ª EDIÇÃO 5

NOTA À 4.ª EDIÇÃO 7

NOTA À 3.ª EDIÇÃO 9

NOTA À 2.ª EDIÇÃO 11

NOTA À 1.ª EDIÇÃO 13

1. INTRODUÇÃO 25

1.1 Noções prévias 25

1.2 Espécies de execução nos juizados especiais 27

1.2.1 Funções da jurisdição 28

1.2.2 Classificação das ações e satisfação 29

1.2.3 Atribuições executivas dos juizados especiais 35

1.2.3.1 Execução de títulos extrajudiciais 35

1.2.3.2 Execução de sentenças 39

2. RITO E COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO 45

2.1 Aplicação subsidiária do Código 45

2.2 Competência na execução 47

2.2.1 Competência na execução fundada em título judicial 48

2.2.2 Competência na execução fundada em título extrajudicial 49

2.2.3 Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência 50

2.3 Controle da competência na execução e seus efeitos 52

3. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO 55

3.1 Iniciativa da parte 55

3.2 Requisitos da petição inicial 57

3.2.1 Legitimidade 58
3.2.1.1 Noções gerais 58
3.2.1.2 Litisconsórcio 60
3.2.1.3 Classificação da legitimidade 60
3.2.1.4 Exclusão absoluta 61
3.2.1.5 Exclusão relativa 62
3.2.1.6 Legitimidade ativa 63
3.2.1.7 Legitimidade passiva 64
3.2.1.8 Intervenção do Ministério Público 66
3.2.2 Causa de pedir 66
3.2.2.1 Título executivo 67
a) Espécies de títulos 67
b) Forma do título 67
c) Caracteres do título 68
c.1) Certeza 68
c.2) Liquidez 69
c.3) Exigibilidade 72
3.2.2.2 Inadimplemento 73
3.2.3 Pedido 74
3.2.3.1 Cumulação de pedidos 75
a) Identidade de partes 75
b) Identidade de competência 76
c) Identidade de procedimento 76
3.2.3.2 Execução provisória e execução definitiva 76
3.2.4 Valor da causa 79
3.2.5 Produção dos meios de prova 80
3.2.6 Requerimento e modos de citação do executado 80
3.2.7 Outros requerimentos 82
3.3 Efeitos da propositura 83
3.3.1 Prevenção 83
3.3.2 Litispendência 83
3.3.3 Litigiosidade 84
3.3.4 Constituição em mora 84

3.3.5 Interrupção da prescrição 84
3.3.6 Averbação da demanda 85
3.4 Emendas da petição inicial 85
3.5 Indeferimento da petição inicial 86
3.6 Deferimento da petição inicial 87

4. EXECUÇÃO MEDIANTE COERÇÃO PATRIMONIAL 89
4.1 Noções gerais 89
4.1.1 Campo de atuação da execução coercitiva 92
4.1.2 Título executivo 93
4.2 Procedimento da execução 94
4.2.1 Prazo de cumprimento 94
4.2.2 Fixação da multa 96
4.2.2.1 Valor da pena 97
4.2.2.2 Início e duração da pena 98
4.2.2.3 Exclusão da pena 98
4.2.3 Atitudes do executado após a citação 99
4.2.3.1 Cumprimento total e cumprimento parcial 99
4.2.3.2 Inércia do executado 99
4.2.3.3 Oposição do executado 100
4.2.4 Opção por outro meio executório 100
4.2.5 Frustração do meio executório 101

5. EXECUÇÃO MEDIANTE TRANSFORMAÇÃO 103
5.1 Noções gerais 103
5.2 Procedimento da execução (obrigação positiva) 104
5.2.1 Atitudes do credor após o descumprimento 104
5.2.1.1 Conversão do procedimento 104
5.2.1.2 Execução por terceiro 105
a) Avaliação dos custos e projeto de cumprimento 106
b) Escolha do terceiro 106
c) Contraditório sobre a proposta 106
d) Adiantamento do preço 106

5.2.2 Incidentes da transformação 107
5.2.2.1 Retratabilidade da transformação 107
5.2.2.2 Insucesso na licitação 107
5.2.2.3 Execução de custeamento 107
5.2.2.4 Execução pelo credor 108
5.2.2.5 Descumprimento do contratante 108
5.2.2.6 Controle da prestação 109
5.2.3 Extinção do processo 109
5.2.4 Advertência final 109
5.3 Procedimento da execução (obrigação negativa) 109
5.3.1 Prazo de desfazimento 110
5.3.2 Citação e atitudes do executado 110
5.3.3 Manutenção dos efeitos materiais do ato 111
5.3.4 Opção por outro meio executório 111
5.3.5 Extinção da execução 111

6. EXECUÇÃO MEDIANTE EXPROPRIAÇÃO 113

6.1 Noções gerais 114
6.1.1 Responsabilidade patrimonial 115
6.1.1.1 Espécies de responsabilidade 117
6.1.1.2 Casos especiais de responsabilidade primária 117
6.1.1.3 Casos de responsabilidade secundária 117
a) Responsabilidade do sucessor a título singular 118
b) Responsabilidade do sócio 118
c) Responsabilidade do cônjuge 119
6.1.1.4 Limitações da responsabilidade (impenhorabilidade) 121
a) Impenhorabilidade absoluta 124
b) Impenhorabilidade relativa 125
c) Bens de penhorabilidade controversa 128
c.1) Bens hipotecados, empenhados e anticréticos 128
c.2) Cotas sociais 129
d) Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade 129

6.1.2 Fraude contra a execução 129
6.1.2.1 Requisitos da fraude 130
6.1.2.2 Tipicidade da fraude 131
a) Pendência de ação fundada em direito real 131
b) Pendência capaz de reduzir o devedor ao estado de insolvência 131
c) Pendência de penhora e de arresto 132
d) Transferência da impenhorabilidade da residência familiar 133
e) Demais casos de fraude 133
6.1.2.3 Procedimento e efeitos da declaração de existência de fraude 134
6.1.3 Responsabilidade do credor pela execução injusta 134
6.1.4 Repressão contra atos atentatórios à dignidade da justiça 135
6.2 Fase inicial da expropriação 136
6.2.1 Frustração da citação pessoal 137
6.2.2 Pré-penhora 139
6.2.3 Citação do devedor 141
6.2.3.1 Pagamento 141
6.2.4 Penhora, avaliação e depósito da coisa penhorada 142
6.2.4.1 Procedimento da penhora por termo 143
6.2.4.2 Procedimento da penhora por auto 144
6.2.4.3 Objeto da penhora 149
6.2.4.4 Efeitos da penhora 152
a) Efeitos no plano material 152
a.1) Ineficácia relativa dos atos de disposição 152
a.2) Reorganização da posse 152
a.3) Restrições ao direito de fruição 153
b) Efeitos no plano processual 153
b.1) Individualização do bem 153
b.2) Conservação do bem penhorado 153
b.3) Preferência 154
b.4) Desencadeamento da técnica expropriativa 154
6.2.4.5 Incidentes da penhora 154

a) Invalidade 154
b) Renovação da penhora 155
c) Substituição penhora 156
d) Alienação antecipada 157
e) Adequação da penhora 157
6.2.4.6 Intimação da penhora 158
6.3 Fase instrutória da expropriação 160
6.3.1 Audiência de conciliação 160
6.3.1.1 Suspensão do processo 160
6.3.1.2 Dação em pagamento 161
6.3.1.3 Adjudicação do bem penhorado 161
6.3.1.4 Alienação por iniciativa particular 162
6.3.2 Avaliação 163
6.3.2.1 Momento e lugar da avaliação 164
6.3.2.2 Agente da avaliação 164
6.3.2.3 Casos de dispensa da avaliação 165
6.3.2.4 Procedimento da avaliação 165
6.3.2.5 Repetição da avaliação 165
6.3.3 Arrematação 166
6.3.3.1 Efeitos da arrematação 166
a) Efeitos processuais 166
b) Efeitos materiais 167
b.1) Título da aquisição 167
b.2) Modo de aquisição 167
b.3) Responsabilidade tributária do arrematante 167
b.4) Vícios ocultos e aparentes da coisa arrematada 168
b.5) Evicção do arrematante 168
b.6) Arrematação de coisa locada 168
b.7) Arrematação de unidades autônomas 169
b.8) Arrematação de coisa comodada 169
b.9) Arrematação e frutos da coisa 169
b.10) Posse da coisa arrematada 169
b.11) Purgação dos direitos reais de garantia 169
b.12) Traspasso dos direitos reais de gozo 170

6.3.3.2 Modalidades da arrematação 170
6.3.3.3 Legitimidade para arrematar 170
6.3.3.4 Publicidade da arrematação 171
a) Requisitos do edital 171
b) Publicidade ordinária 172
c) Publicidade extraordinária 173
d) Dispensa de publicação 173
e) Intimações prévias 174
6.3.3.5 Procedimento da arrematação 176
a) Forma da hasta 176
b) Proibição do preço vil 176
c) Ordem da arrematação 176
d) Condições do remate 177
e) Arrematação pelo credor 177
f) Encerramento da arrematação 178
g) Auto de arrematação 178
6.3.3.6 Incidentes da arrematação 178
a) Transferência da arrematação 178
b) Suspensão da arrematação 179
c) Desfazimento da arrematação 179
d) Resolução da arrematação por inadimplemento 181
6.3.3.7 Alienação por iniciativa particular 181
6.3.3.8 Alienação de imóvel 183
6.3.3.9 Alienação de móvel 183
6.4 Fase final da expropriação 184
6.4.1 Entrega do dinheiro 184
6.4.1.1 Atribuição do dinheiro 184
6.4.1.2 Distribuição do dinheiro. Concurso de preferências 185
a) Pressupostos do concurso 185
b) Casos especiais de preferência 186
c) Juízo competente 187
d) Ordem dos credores no concurso 187

e) Limites à cognição 188
f) Decisão do incidente 188
g) Quitação e extinção do processo 188
6.4.2 Adjudicação dos bens penhorados 189
6.4.3 Usufruto de bem móvel ou imóvel 189

7. EMBARGOS DO EXECUTADO 191
7.1 Noções gerais 191
7.1.1 Objeto da cognição 193
7.1.1.1 Embargos contra execução fundada em título judicial 194
a) Falta ou inexistência da citação 194
b) Manifesto excesso de execução 195
c) Erro de cálculo 196
d) Exceções impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação 196
7.1.1.2 Embargos contra execução fundada em título extrajudicial 197
7.1.2 Prazo 197
7.1.3 Legitimidade 199
7.1.4 Segurança do juízo 199
7.2 Procedimento dos embargos 200
7.2.1 Forma e efeitos 200
7.2.2 Atitudes do credor 202
7.2.3 Julgamento dos embargos 203
7.3 Efeitos dos embargos 203
7.3.1 Efeitos no caso de procedência 203
7.3.2 Efeitos no caso de improcedência 204
7.3.3 Recurso 204

8. EXECUÇÃO DE MENOR QUANTIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 207
8.1 Noções gerais 207
8.2 Procedimento da execução 209
8.2.1 Legitimado passivo 209
8.2.2 Título executivo 210

8.2.3 Exclusão da execução provisória 210
8.2.4 Admissibilidade dos embargos 210
8.2.5 Competência e forma da requisição de pagamento 210
8.3 Desobediência à requisição: "sequestro" da renda pública 212

BIBLIOGRAFIA 215

OBRAS DO AUTOR 219